

Conselheiros aprovam texto mais ameno

Conselho questionou o ministro Palocci sobre transição para um novo modelo econômico

BRASÍLIA – Depois de cobrar 17 medidas imediatas para retomar o crescimento, como “metas de redução drástica na taxa básica de juros”, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social produziu ontem uma Carta de Concertação bem mais amena em relação às suas propostas. Em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, cerca de 90 conselheiros – entre empresários, sindicalistas e representantes de organizações não-governamentais – concordaram com o novo texto, sustentando que o papel do colegiado não é o de se limitar à “crítica fácil”.

Mesmo assim, Lula aproveitou a oportunidade para dar uma estocada em público em

antigos companheiros. Ao receber dois documentos – um exclusivo das centrais sindicais e outro do Conselho, reivindicando a tesourada nos juros, Lula não se conteve. “Aqui está dizendo assim: é necessária uma redução drástica dos juros. E eu fico me perguntando por que a palavra drástica. Não bastaria falar redução da taxa de juros?”, provocou.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, foi irônico. “É preciso que alguém peça a redução drástica dos juros para compensar aquelas pessoas do governo que não querem redução nenhuma”, afirmou.

O ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, fez questão

de destacar que, ao apresentar suas propostas ao Planalto, o grupo não pretendia produzir “fogo amigo” contra Palocci. “Quase me causam uma crise no governo”, disse, numa referência às reportagens do **Estado**, contendo as críticas dos conselheiros à política econômica.

Apesar de publicamente abrandarem o tom, na reunião a portas fechadas empresários e sindicalistas questionaram Palocci sobre a demora da transição para um novo modelo econômico.

Uma das perguntas foi se o País já poderia caminhar com suas próprias pernas, sem necessidade de renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Palocci, mais uma vez, defendeu a retirada dos investimentos das estatais do cálculo

do superávit primário (economia de gastos para pagamento dos juros da dívida) na negociação com o FMI.

“A renovação do acordo não é necessariamente ruim para o País”, afirmou o ministro. “Nós gostaríamos que Palocci tivesse dado uma sinalização mais clara”, resumiu o empresário Antônio Marmo Trevisan.

Na conversa reservada com os conselheiros, o ministro disse que muitos governantes jogam a culpa pela ineficácia de suas administrações nas costas do FMI. “E aí o FMI assume o papel: vem aqui e faz aquele espetáculo das malinhas”, brincou, numa referência aos dirigentes do FMI que sempre aparecem nas fotos carregando malas escuras. “Saí daqui frustrado”, disse o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva. “Mais uma vez, não houve nada de concreto.” (Adriana Fernandes, Leonêncio Nossa, Renato Andrade e Vera Rosa)

LULA CRITICOU
PEDIDO DE
REDUÇÃO DA
TAXA DE JURO